

## **Perspetivas de reinserção no mercado do trabalho depois do desemprego? Estudo de caso de um processo de insolvência**

Sara Portovedo

*Mestre em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Investigadora Júnior no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. E-mail: saraportovedo@hotmail.com.*

**Resumo:** O afastamento do trabalho é cada vez mais uma constante, e significa, além das perdas materiais, uma desorganização do tempo e do espaço vividos, a perda do estatuto de trabalhador/a e a perda da sociabilidade existente no seio do trabalho. Este artigo pretende ilustrar o modo como um processo de insolvência pode ou não levar a um processo de desqualificação social. Partindo de um caso concreto, a Ceres, pretende-se dar voz àqueles que involuntariamente perderam o emprego de uma vida. A análise qualitativa das experiências do desemprego permite não só compreender as vulnerabilidades das pessoas vítimas de desemprego, como os recursos por elas mobilizados para evitar a negatividade dessa experiência. Essencialmente, pretende-se compreender quais são as perspetivas de reinserção no mercado do trabalho, apurando se o desemprego, como consequência da insolvência, tem ou não impacto nas representações das condições de trabalho perspetivadas para o futuro. As experiências do desemprego analisadas à luz dos fatores de vulnerabilidade e dos mediadores de compensação – Estado, Sociedade-providência e atividades de substituição – permitem ainda concluir que é o Estado quem se assume como elemento primordial nas estratégias das desempregadas e desempregados da Ceres. A Sociedade-providência e as atividades de substituição surgem apenas como estratégias complementares.

**Palavras-chave:** Desemprego, Reinserção, Estado, Sociedade-providência e Atividades de substituição.

## **Prospects for reintegration into the labor market after unemployment? Case Study of insolvency proceedings**

**Abstract:** The absence from work is increasingly, and it means, in addition to material losses, a disorganization of the experienced time and space, the loss of worker status and loss of sociability within the existing work. This article seeks to illustrate how an insolvency procedure may or may not lead to a process of social disqualification. Starting with a case, Ceres, is intended to give voice to those who involuntarily lost their jobs of a lifetime. Qualitative analysis of the experiences of unemployment allows not only to understand the vulnerabilities of people suffering from unemployment, as well the resources mobilized by them to avoid the negativity of that experience. Essentially, you want to understand what are the prospects of reintegration into the labor market, investigating if unemployment, as a result of insolvency, have or not impact on the working conditions representations envisaged for the future. The experiences analysed through the unemployment compensation mediators - State, Society and welfare activities as a replacement - allowed us to conclude that it's the State the main mediator mobilized by the former workers of Ceres. The Welfare Society and the activities of substitution arise only as complementary strategies.

**Keywords:** Unemployment, Reintegration, State, Society and welfare, Activities for replacement.

## 1. Introdução

O fenómeno da insolvência de empresas é muito atual. Todos os dias fecham empresas por esse motivo. Aliás, se observarmos, particularmente, o setor da cerâmica, em Portugal, constatamos que as suas unidades produtivas ou estão a laborar com dificuldade ou estão a falir, facto comprovado pelos telejornais nas coberturas a grupos de trabalhadores e trabalhadoras reunidos/as à porta de fábricas em manifestação ou demonstrando pura aflição face ao risco de perderem os seus empregos.

A questão do desemprego é sensível a qualquer pessoa, sendo alvo de inúmeras interpretações. O desemprego acarreta uma diversidade de experiências e uma tendência crescente para a invisibilidade do trabalho e do emprego (Kovács, 2002; 2005), na medida em que as muitas transformações no mercado do trabalho têm conduzido a uma diversidade de relações laborais e, por sua vez, a variações nas representações da situação de desemprego e das condições de trabalho que podem ser obtidas no futuro (Kovács, 2005; Araújo, 2006; Demazière, 2008).

Para os sociólogos/as, o desemprego não é apenas uma condição económica ou uma privação de emprego, pressupõe a definição de uma rede de direitos e obrigações recíprocas, e nesse sentido, também uma construção social. Mas não só, porque estudar o fenómeno do desemprego deve dar expressividade a formas identitárias, social e individualmente edificadas (Demazière, 2008).

Neste artigo pretende-se enfatizar que o desemprego tem diversas manifestações e, por isso, deve ser tratado social e individualmente. Não podemos esquecer as repercussões de cariz socioeconómico, os impactos nas perceções das condições de trabalho que marcam as sociedades modernas e as estratégias de regulação do desemprego e da relação com o trabalho (Araújo, 2006, Teixeira, 2009; Gallie e Paugam, 2000).

O texto está estruturado em cinco pontos. O primeiro considera esta introdução, enquanto o segundo a abordagem teórico-metodológica preconizada. No terceiro apresenta-se o quadro teórico seguido, em que o modelo teórico de Gallie e Paugam (2000) assume destaque. No quarto ponto apresenta-se e discute-se o estudo de caso e no quinto apresentam-se as conclusões da investigação, acentuando as suas limitações e contributos.

## 2. Abordagem teórico-metodológica

### 2.1. Objetivos do estudo

Neste trabalho pretende-se analisar um caso específico, a insolvência da Ceres, tendo a consciência de que a ação dos fatores de vulnerabilidade é negativa e as ações dos mediadores de compensação positiva, uma vez que ajudam a atenuar as dificuldades inerentes ao desemprego. O modelo teórico de Gallie e Paugam (2000) é um importante suporte da investigação.

Mais do que perceber por que razões fecham as empresas, interessa-me dar voz àqueles/as que perdem os seus trabalhos, percebendo como vivem o desemprego, como entendem e se posicionam face às tentativas de recuperação e aos processos de insolvência da sua empresa e como perspetivam o futuro, nomeadamente, como veem e se veem no mercado do trabalho e nas condições de trabalho que poderão vir a obter.

O principal objetivo é perceber em que medida o desemprego, consequência da insolvência, é tido como processo de desqualificação social e de que forma as suas vítimas perspetivam o futuro e reconfiguram as suas representações das condições de trabalho.

## 2.2. O contexto das insolvências

Portugal tem sido “bombardeado” por notícias de fecho de empresas, muitas devido à insolvência. Este fenómeno veio criar sérios constrangimentos na vida dos/as trabalhadores/as, por acarretar situações de desemprego.

A insolvência é um processo jurídico que ocorre quando existe a impossibilidade de uma empresa ou de um indivíduo cumprir as obrigações vencidas, podendo esta situação ser revertível. Recorrendo a uma linguagem mais técnica, é um processo de execução universal que tem como finalidade a liquidação do património de um devedor insolvente e a repartição do produto obtido pelos credores, ou a satisfação destes pela forma prevista num plano de insolvência – art.º 1º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE). Estão sujeitos ao processo de insolvência as pessoas singulares, as pessoas jurídicas e os patrimónios autónomos – art.º 2º do CIRE (Serra, 2004).

Contextualizando, importa referir que até setembro de 2004 vigorou outro código, o Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e Falência (CPEREF) – aprovado pelo DL nº 132/1993, de 23 de abril – que atribuía dois tipos de classificação dependendo da profundidade das dificuldades financeiras da empresa. Classificava uma empresa como insolvente quando esta se encontrasse impossibilitada de cumprir pontualmente as suas obrigações, em virtude do seu ativo disponível ser insuficiente para satisfazer o seu passivo exigível. Ou, ainda, em situação económica difícil quando, não sendo considerada em situação de insolvência, indiciasse dificuldades económicas e financeiras, designadamente por incumprimento das suas obrigações (DGAJ, 2004). Este regime era assim composto por dois processos aplicáveis aos sujeitos insolventes, o processo de falência e o processo de recuperação de empresas, sendo que o último foi consagrado como prioritário (Serra, 2004).

Contudo, com a entrada em vigor do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), a 14 de setembro de 2004, passou a existir uma definição mais ampla, deixando de haver referência às empresas em situação económica difícil que passam a ser consideradas insolventes. Os n.º 1 e 2 do art.º 3º do CIRE referem que uma empresa é insolvente quando se encontra impossibilitada de cumprir pontualmente as suas obrigações vencidas ou quando o seu passivo seja manifestamente superior ao seu ativo (idem). Com este novo regime o processo de insolvência é agora o único processo admissível e a recuperação uma das suas finalidades, em alternativa à liquidação (Serra, 2004).

O CIRE insere-se, segundo Fernandes e Labareda (2009), num movimento de reformas, iniciado no último quartel do séc. XX, de que após várias décadas de imobilidade, foi alvo o regime de falência no nosso sistema jurídico. Muitas vezes a insolvência é confundida com a falência e vice-versa, por isso, importa esclarecer o conceito de insolvência e o de falência. A insolvência, como já se referiu, implica uma impossibilidade da empresa cumprir as obrigações vencidas, podendo esta situação ser revertível. Por outro lado, a falência pressupõe a inviabilidade económica da empresa e a

sua não recuperação financeira, constituindo, desta forma, uma situação irreversível (Oliveira, 2008).

Neste texto, o conceito de insolvência é usado com a consciência de que tem um carácter económico e judicial que o torna mais difícil de operacionalizar. Logo, é importante esclarecer que a declaração de insolvência pode ser requerida por um conjunto de atores (Devedor, Credor e o Ministério Público) e pode ser de dois tipos, insolvência real e insolvência presumida. Segundo o CIRE, o devedor, o credor e o Ministério Público são os únicos que podem pedir a declaração de insolvência. No caso de uma empresa os credores podem ser, por exemplo, as/os próprias/os trabalhadoras/es (por causa dos salários em atraso sentem-se credores da empresa) os fornecedores e a segurança social. No que respeita aos tipos de insolvência, o CIRE também nos diz que a insolvência real dá-se sempre que as dívidas excederem a importância dos bens do devedor. Já a insolvência presumida necessita de dois requisitos: primeiro, o devedor não deve possuir outros bens livres para nomear à penhora, segundo, só se dá quando forem apreendidos judicialmente os bens do devedor (Insolvência, 2009).

O processo de insolvência inicia-se com a declaração de insolvência do devedor, sendo o momento da reunião da assembleia de credores para apreciação do relatório do administrador de insolvência, nomeado pelo tribunal (reunião que se realiza 45 a 75 dias depois da declaração de insolvência). É nesta reunião que se escolhe entre a continuidade da empresa ou o seu encerramento definitivo, que se nomeia uma comissão de credores (caso não tenha sido nomeada pelo juiz) e que se atribui ao administrador judicial o encargo de elaborar um plano de insolvência. E é a partir de lida a sentença que os credores têm 30 dias para reclamar créditos (Serra, 2004).

Resumindo, está-se em insolvência quando o devedor “se encontre impossibilitado de cumprir as suas obrigações vencidas” [art.º 3º], assentando esta em dois elementos: a “impossibilidade de cumprir;” e o “vencimento das obrigações” que, por sua vez, implicam uma análise do conjunto do passivo da empresa e das circunstâncias que determinaram o incumprimento.

### 2.3. Procedimentos metodológicos

A problemática descrita justificou a escolha de uma metodologia qualitativa. Entende-se que o estudo de caso trata uma pesquisa ampla selecionando um ou mais objetos de estudo. O seu valor não reside apenas no fenómeno em estudo, mas também no seu contexto (Yin, 2005). Para o autor, “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos” (idem:32).

O estudo de caso implica o recurso a várias técnicas de recolha de informação, nesta investigação optou-se pela análise documental, entrevistas exploratórias, entrevistas focalizadas individuais e observação direta não participante.

As entrevistas tiveram como base um guião previamente estruturado. Todavia, a ordem e forma como as questões foram introduzidas dependeram sempre do decorrer da entrevista. Na definição da amostra utilizou-se o critério da antiguidade, por forma a obter um conhecimento mais substantivo da vida da empresa. Foram entrevistadas 12 pessoas, 6 mulheres e 6 homens, todas com mais de dez anos de ligação à Ceres. Também, numa

fase embrionária da investigação, foram realizadas três entrevistas exploratórias: especialista em insolvências do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI), coordenador distrital do sindicato do setor da cerâmica e administrador de insolvência da Ceres. A observação direta não participante foi realizada no plenário da Ceres realizado no dia 22 de outubro de 2010, com o consentimento dos seus intervenientes.

As entrevistas foram o procedimento principal. São uma das muitas formas de saciar a vontade de compreender inerente a uma investigação, mas importa não esquecer que nem entrevistadores/as, nem entrevistados/as saem ilesos deste diálogo (Mendes, 2003). Sempre que possível o entrevistador/a deve descer do pedestal cultural e deixar de lado, por instantes, o seu capital cultural para que ambos se possam entender. Tal como sugere Bourdieu (1993), procurou-se diminuir a violência simbólica que tende a ser exercida sobre a/o entrevistada/o, da mesma forma que se teve o cuidado de se conhecer a realidade a ser abordada.

No momento da entrevista, teve-se em conta que se estava a conviver com sentimentos, afetos particulares, fragilidades, (Bourdieu, 1993; Mendes, 2003), não descurando que cada pessoa entrevistada tinha a sua singularidade, a sua história. Neste caso, a observação foi um bom “escudo”, permitindo que se interpretasse não só o que se ouvia como também o que se via. A relação entre o investigador/a e o entrevistado/a foi tocada pela empatia, porque só assim surgiu a confiança e os pormenores que enriqueceram as conversas.

### 3. Quadro teórico

#### 3.1. Reestruturação da esfera produtiva

As novas tendências de organização do trabalho e as suas implicações para a estrutura social assumem relevo na problemática em análise. Se olharmos a divisão do trabalho como princípio de organização da vida material, devemos discutir em que medida as formas de organização do trabalho são determinantes para a integração social entre as diversas camadas da estrutura social. O enfoque está nas mudanças dos processos de controlo do trabalho - que se observam na passagem do chamado regime fordista de produção para o regime de acumulação flexível - e nas suas implicações para a dinâmica da formação da estrutura social (Lipietz, 1992; Harvey, 1994; Costa, 2008).

O modelo fordista foi um modelo de industrialização, de acumulação e de regulação, uma combinação de formas de ajuste das expectativas e do comportamento contraditório dos agentes individuais aos princípios coletivos do regime de acumulação (Lipietz, 1992). O paradigma industrial incluía o princípio taylorista<sup>1</sup> da racionalização, juntamente com a constante mecanização, mas começou a apresentar sinais de exaustão a partir da instauração de um processo de mudança do sistema capitalista de produção, produtividade e emprego na maioria dos países. O modelo fordista conheceu grandes transformações, nomeadamente em termos de reestruturação da produção em massa através de combinações de automação e novas relações laborais que possibilitaram uma maior flexibilidade produtiva. Falamos, então, do pós-fordismo cujos aspetos são o

<sup>1</sup> Não se pode esquecer que o modelo taylorista/fordista é autoritário, com disciplina rígida, formação técnica e específica do indivíduo, tomando este como mero apêndice da máquina e separando o trabalho intelectual do trabalho manual.

aumento da flexibilidade em escala global, a mobilidade de capital e a liberdade para colonizar e mercantilizar praticamente todas as esferas, destruindo as fronteiras sociais e espaciais relativamente fixas e gerando uma descentralização da produção (Antunes, 2000; Kovács, 2002; Costa, 2008).

Harvey (1994) considera a acumulação flexível a nova configuração do modo de produção capitalista, embora a lógica da acumulação capitalista e das suas tendências de crise permaneçam. Este autor afirma que a acumulação flexível entra em confronto com a rigidez do fordismo por se apoiar na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo e se caracterizar por novos setores de produção, novos mercados e mais inovação.

Partindo de uma abordagem não determinista em relação à problemática da flexibilidade, é possível sustentar a tese segundo a qual a flexibilidade de trabalho tanto pode conter riscos (desemprego, precariedade de emprego, segregação no mercado de trabalho, remunerações baixas e irregulares, ocupações pouco qualificadas, ausência ou escassez de oportunidades de formação, conflito com a vida familiar e agravamento das desigualdades sociais e de género), como abrir portas de oportunidade (possibilidade de uma participação laboral mais adequada às necessidades e aspirações individuais, melhoria das qualificações, acesso a empregos bem remunerados, melhor articulação com a vida familiar/pessoal, maior controlo sobre o tempo, melhoria da qualidade de vida e modernização das relações de género) (Casaca, 2005; Kovács, 2005).

Portanto, a reestruturação do capitalismo ocorre no processo de globalização, induzindo novas tecnologias e novos padrões de gestão e de organização do trabalho. Os elementos desta passagem para um novo capitalismo devem ser enfatizados: maior flexibilização; descentralização das empresas e organização em rede; fortalecimento do papel do capital face ao trabalho; mulheres integradas no trabalho remunerado; intervenção estatal para desregulação dos mercados; desfazer do Estado de bem-estar social e aumento da concorrência económica global. Estas mudanças nas formas de gerir e organizar o trabalho instituem estratégias pelas quais o capitalismo tenta superar a crise do fordismo (Toni, 2003).

Podemos dizer que na sociedade industrial e moderna o trabalho passou a suportar-se de critérios economicistas e produtivistas, abrangendo apenas atividades passíveis de produzirem riqueza e de serem objeto de troca no mercado. Hoje, mesmo com as transformações no modelo de regulação fordista, as elevadas taxas de desemprego, a insegurança do emprego e a crise do Estado-providência, prevalece uma conceção tradicional de trabalho (Méda, 1999; 2001; Casaca, 2005).

Temos vindo a assistir a um processo acelerado de transformação que, como tenho salientado, provocou profundas alterações no mercado de trabalho. O trabalho surge como algo exterior ao indivíduo (Méda, 1999; 2001), decorrente de um novo ambiente marcado pela globalização económica, mudanças tecnológicas, flexibilização dos contratos e crescente individualismo, entre outros aspetos que se traduzem numa profunda complexidade. Os empregadores têm aproveitado este ambiente marcado por novas formas de organização do trabalho para reduzir custos, em particular os custos de trabalho, deslocando os riscos para os/as trabalhadores/as e para as empresas subcontratadas (Duarte, 2010). O trabalho flexível degradou o trabalho de ofício e veio romper com a rotina e a burocracia precarizando o trabalho e os/as trabalhadores/as (Sennett, 2000).

### 3.2. O desemprego é desqualificação social?!

Na perspectiva de Schnapper (1998), não foi o trabalho que morreu, mas os empregos industriais que não resistiram à revolução tecnológica. Para a autora, o cidadão moderno adquire a sua dignidade trabalhando, e como tal o trabalho ainda é um vetor essencial da organização social. O campo do trabalho tem sofrido muitas mudanças, sobretudo no que respeita ao estatuto do trabalho assalariado. Para além da precarização da relação de trabalho existe o aumento do desemprego. Acredito que é através da compreensão do fenómeno de desemprego que se chega à compreensão da vulnerabilidade social de que são alvo muitos indivíduos, na medida em que uma parte significativa da população se encontra involuntariamente sem trabalho e com poucas possibilidades de ser integrada no mercado de trabalho, chegando a colocar-se em causa um modelo de sociedade assente no paradigma do trabalho assalariado (Hespanha, *et al.*, 2001; Castel, 1995; Schnapper, 1998).

Schnapper (1998) acredita que as experiências vividas do desemprego ou da exclusão mostram o quanto a dignidade, ou o estatuto social, estão ligados à relação com o emprego e o quanto esta relação é colocada em causa pela ausência de emprego. Na opinião da autora, o que mais incomoda o/a desempregado/a é a perda de estatuto, não está em causa o plano financeiro mas dispor de um estatuto superior. Compara os indivíduos reformados aos desempregados, dizendo que o/a desempregado/a que se torna reformado/a sente alívio, mesmo mantendo a mesma situação financeira, porque uma coisa é dispor de um estatuto superior que justifica o não-emprego, outra coisa é estar desempregado/a porque não se consegue arranjar emprego. Está incutida a ideia de que o/a reformado/a trabalhou e por isso tem direito à reforma, o/a desempregado/a não. E isso acentua-lhe a sensação de humilhação e a sua crescente solidão. Ainda segundo a autora (1981; 1998), a humilhação, o aborrecimento quotidiano e o enfraquecimento das relações sociais são experimentados por indivíduos que passam por uma situação de desemprego total, sendo esta, cada vez mais, a realidade nua e crua do desemprego.

Numa linha de pensamento semelhante está Paugam (2000), para quem o desemprego também provoca uma crise de estatuto e conseqüente humilhação, fruto de uma identificação da honra e da dignidade com o trabalho, sendo que grande parte das pessoas quer um emprego assalariado permanente, isto é, um emprego menos precário, mais seguro. No fundo, ter um emprego definitivo é ter mais facilidade em atingir o sucesso de uma vida familiar e social e a satisfação de necessidades materiais. Existe a ideia de que o trabalho dignifica e que é através dele que os indivíduos podem acumular riqueza, criar um estatuto social e ampliar os seus direitos, garantias e proteção.

Para Paugam (2000), a integração assenta, em grande parte, na atividade profissional que assegura a segurança material e financeira, as relações sociais, a organização do tempo dos espaços e da identidade. A degradação do mercado de trabalho, por via do aumento do desemprego, é uma causa estruturante de desqualificação social. Em certos casos, pode mesmo levar ao afastamento da vida social, juntamente com problemas de identidade e saúde (Paugam, 2003).

O processo de desqualificação social é operacionalizado pelo autor em três fases: a fase da fragilidade que “corresponde à provaçãõ provocada pela desclassificação social ou pelas dificuldades de inserçãõ profissional” (Paugam, 2003: 14); a fase da dependência que é a “tomada a cargo regular das dificuldades pelos serviços de açãõ social” (Idem: 15); e a fase da rutura do laço social, “em particular quando as ajudas

cessam e as pessoas que passam por essa experiência são confrontadas com uma acumulação de debilidades” (idem).

Situações como o desemprego, perda de alojamento e dificuldades de inserção social poderão conduzir os sujeitos a uma sensação de desqualificação social, ou seja, a “estar numa situação socialmente inferior àquela que conheceram anteriormente” (Paugam, 2003: 15). “Com a perda do emprego, o trabalhador não perde somente o seu salário, perde o seu estatuto de trabalhador, a sua organização do tempo e do espaço, a sua sociabilidade no café, as suas relações com os companheiros no final do dia de trabalho” (Paugam, 2003: 16), ou seja, perde rapidamente os seus principais pontos de referência e experimenta uma crise profunda de identidade (idem).

A continuidade da fragilidade dos indivíduos desempregados leva à dependência, muitas vezes dos serviços de ação social e das suas solidariedades familiares. Na conceção de Paugam, aqueles/as que fazem a experiência da dependência procuram compensações a diversos níveis para os seus fracassos, valendo-se, entre outros aspetos, dos apoios sociais, da sua identidade parental, da sua capacidade para gerir o lar e para exercer diversas atividades junto da sua vizinhança (Idem: 18).

A questão da desqualificação também nos faz pensar no inverso, será que existe por parte das vítimas do desemprego uma a perspetiva de re(inserção) profissional, dito de outra forma, o desemprego permite uma nova identificação com o mercado do trabalho?

Não podemos deixar de considerar a carga negativa do desemprego, como também não podemos esquecer que o contexto socioeconómico de cada pessoa é fundamental para dar resposta à questão supracitada. O desemprego tem sempre uma conotação negativa, mas também é verdade que uns o vivem mais negativamente que outros. Neste sentido, importa dizer que as vítimas do desemprego de longa duração, e muitas vezes até do desemprego involuntário (consequência do encerramento da empresa onde sempre trabalharam) como é o caso dos ex. trabalhadores e trabalhadoras da Ceres, tendem a desistir do mercado de trabalho. Os fatores desta desistência costumam estar associados, sobretudo, à idade relativamente avançada, às baixas qualificações e aos baixos níveis de escolaridade.

### 3.3 Experiências do desemprego

O desemprego pode ser analisado quer pela diversidade de reações, quer pela diversidade de vivências por parte dos indivíduos. Sem grande aprofundamento, posso adiantar que não existe apenas uma representação social do desemprego e muito menos uma só identidade dos/as desempregados/as. As representações variam pela experiência individual de desemprego e pela perceção de cada um/a do fenómeno (Araújo, 2006 e 2008).

Para a melhor compreensão das experiências do desemprego segue-se de perto o modelo analítico usado por Araújo (2006 e 2008), ou seja, a abordagem aos fatores de vulnerabilidade e a abordagem aos mediadores de compensação.

Dentro de situações tão heterogêneas, existe um desalento comum vivido pelas pessoas desempregadas, podendo acarretar sentimentos como a sensação de inutilidade, revolta, ansiedade, vergonha, tristeza e medo. Apesar dos mesmos sentimentos, a revolta sentida nada tem de coletiva ou organizada, prevalece o interesse individual, cada um/a quer resolver o seu problema de desemprego individualmente.

De acordo com Schnapper (1998), os indivíduos desempregados não constituem um grupo organizado. Aqueles/as que têm mais possibilidade de reencontrar um emprego fazem-no para deixarem de ser desempregados/as.

### 3.3.1 Fatores de vulnerabilidade

A questão da vulnerabilidade face ao desemprego é fulcral. Perante um mercado de trabalho mais exigente e seletivo é importante perceber o que torna os indivíduos mais vulneráveis, ou seja, alvos fáceis do desemprego.

Araújo (2006) faz a distinção entre fatores de vulnerabilidade extrínseca, que reportam aos contextos e territórios ou espaços, e fatores de vulnerabilidade intrínseca, que reportam às características sociais dos indivíduos e aos seus percursos de vida.

Só é possível analisar as experiências do desemprego quando estamos atentos aos fatores de vulnerabilidade extrínseca e intrínseca, na medida em que podem entrar em sinergia negativa e funcionar como um elemento integrado de vulnerabilidade (idem). Nesse sentido, os indivíduos desempregados podem ser vítimas do que lhes é exterior e também das suas próprias características sociodemográficas, podendo ter noção dessas mesmas vulnerabilidades.

Exemplo de um fator de vulnerabilidade extrínseca é a insolvência de uma empresa. No entanto, este fenómeno não pode ser visto de forma isolada, pois está associado aos contextos de vida em que cada um/a está inserido, bem como às suas próprias características.

Adiante veremos de que modo a análise das experiências do desemprego das vítimas do fecho da Ceres permite perceber como os fatores de vulnerabilidade são vividos, percecionados e revelados. Os mediadores de compensação são aqui imprescindíveis para diferenciar as experiências e lógicas de ação de cada indivíduo.

### 3.3.2 Mediadores de Compensação: Estado, Família e Atividades de substituição

A condição de desemprego decorrente, por exemplo, do encerramento de uma empresa, permite identificar três níveis de compensação (Gallie e Paugam, 2000): as formas de intervenção do Estado, o papel das redes sociais informais, nomeadamente da família enquanto fonte de estabilidade e integração, e o mercado.

O encerramento de uma empresa, e o conseqüente desemprego das suas colaboradoras e colaboradores, constitui, simultaneamente, um teste às pessoas vítimas desta situação e à eficácia dos mediadores de compensação. Tal como Araújo (2006), creio que os estes mediadores podem amenizar os efeitos negativos dos fatores de vulnerabilidade, mas também agir no sentido contrário, reforçando a dependência e a resignação dos/as desempregados/as. De seguida vai explorar-se, resumidamente, cada um dos níveis de compensação indicados:

#### Estado

Gallie e Paugam (2000) partiram da hipótese de que o regime de proteção ao desemprego teria reflexão na privação económica. De um lado estaria o regime de

proteção universal (maiores níveis de proteção) e do outro o regime de proteção liberal-mínimo e o regime subprotetor (ambos representam níveis mais baixos de proteção). O que lhes permitiu constatar que existe uma relação mais complexa entre os regimes de proteção e a privação financeira. Além disso, esta relação implica um terceiro elemento, a especificidade das políticas sociais de cada Estado-Nação.

O crescimento do Estado-Nação foi bastante significativo após o fim da II Guerra Mundial, essencialmente pela forte intervenção na economia e pela criação do Estado-providência. Pode dizer-se que o Estado-providência foi o acontecimento da modernidade que veio permitir a concretização de políticas sociais com repercussões na organização e funcionamento do mercado.

No que concerne à questão do desemprego, os Estados-providência pressupõem mais do que indemnizar os/as desempregados/as, também visam promover a criação de emprego, acentuar a empregabilidade e atribuir às desempregadas e desempregados uma ocupação útil (Hespanha, 2002).

Para Hespanha (2002), os países do sul da Europa, como Portugal, são menos desenvolvidos economicamente, tendo regimes democráticos recentemente restaurados e *welfare states* ainda em construção ou pouco solidificados, o que torna a pressão para a adoção de políticas<sup>2</sup> de ativação menor. As políticas compensatórias continuam a ser a maior prioridade.

Podemos dizer que os Estados-Providência surgiram para fazer face a uma crise. Verdade seja dita, em Portugal, nunca saímos da crise. Sobretudo, da crise social que nos caracteriza até hoje como país semiperiférico. É por isso que assistimos a uma grande dependência familiar no país, nomeadamente em situação de desemprego. E também a um risco de dependência do Estado, perceptível quando nos referimos a estratos mais baixos da sociedade cuja família e amigos também são pobres (Hespanha, *et al.*, 2001).

### **Família**

Sílvia Portugal acredita que o debate levantado pela crise do Estado-Providência levou, essencialmente, à (re)descoberta da Sociedade-providência, ou seja, à ideia de que as redes informais (sobretudo a família) são um elemento importante no apoio social e, portanto, uma dimensão a ter em conta quando se trata de discutir a produção total de bem-estar numa sociedade (2006).

A família é a instituição com maior estabilidade, por isso, sempre que a ação estatal não se faz sentir, atua como elemento de substituição. É a partir daqui que Gallie e Paugam (2000) identificam três modelos de residência familiar: um modelo de dependência extensiva, um modelo de relativa autonomia e outro de avançada autonomia intergeracional, com o objetivo de referenciar as especificidades da família na Europa do Sul. Importa relembrar que os autores identificam como subprotetor o regime de proteção da Europa do Sul, pelo que apresenta níveis de proteção reduzidos e uma tendência quase natural para dificuldades financeiras dos protegidos e não protegidos. Há para os autores uma relação entre as proteções emitidas pela via estatal e pela via informal.

<sup>2</sup> Existem medidas ativas de redução de desemprego (investimento na empregabilidade, por exemplo, na formação profissional) e medidas passivas de redução de desemprego (prestações sociais).

Nesse sentido, concluem que a Europa do Sul não só se caracteriza pela fraca dimensão do agregado familiar - mas com os valores mais elevados da Europa, dado o número de jovens a viver em casa dos pais -, como pelas elevadas taxas de nupcialidade e fertilidade e pelas baixas taxas de divórcio e filhos fora do casamento, o que acentua a existência de uma forte rede de vínculos internos nas famílias.

São as prestações sociais que garantem a sobrevivência de muitos indivíduos desempregados, embora nem sempre sejam suficientes para garantir o sustento de algumas necessidades elementares, sobretudo em Portugal que os salários são baixos, logo os subsídios têm igualmente valores baixos. Mas não podemos esquecer que o peso das redes sociais continua a ser importante para a garantia de algum bem-estar aos indivíduos. Com efeito, podem perder-se as sociabilidades no trabalho, mas nem sempre se perde a sociabilidade no seio da família e da comunidade local.

Loison (2000) vê o desemprego em Portugal sem motivo para a rutura com a sociabilidade informal, na medida em que ajuda na integração social e evita o isolamento social. Este autor concluiu que os/as desempregados/as aproveitam o tempo de desemprego para aumentar os seus contactos na comunidade local. Gallie e Paugam (2000) também evidenciam isso no seu estudo. O isolamento social em nada se relaciona com o desemprego, mas com as estruturas familiares e as sociabilidades específicas de cada Estado-Nação. Concluem ainda que na maioria dos países Europeus as redes sociais se encontram ativas, atenuando o isolamento social.

### **Atividades de substituição**

Gallie e Paugam (2000) dizem-nos que as experiências e o sentido do desemprego estão intimamente relacionadas com o tipo de desenvolvimento económico e a sua aproximação ou distância das sociedades industrializadas e assalariadas. Aqui não se pretende apenas valorizar as possíveis pressões económicas sentidas pelos desempregados/as, mas também a forma como lidam com o afastamento do mercado de trabalho e como vivem a sua nova condição. Os autores alertam para a necessidade de se analisar a questão do desemprego tendo em conta o contexto económico, político e social específico, atendendo ao comportamento dos agentes frente ao mercado de trabalho e à forma como as políticas de compensação de cada país propiciam diferentes dinâmicas sociais dentro da cultura nacional.

O desemprego e a atuação da sociedade face a este problema vão ser sempre assimilados de forma diferente entre os países. É um facto que o desemprego se traduz na degradação das condições de vida, devido à perda do salário, aos baixos subsídios decorrentes das prestações de desemprego e à ausência total de rendimentos, quando não se tem direito a apoios sociais (Caleiras, 2008). Deste modo, “a condição de desemprego produz elevados graus de incerteza económica” (idem:9). Para que essa condição não se agudize, os/as desempregados/as acionam estratégias como, por exemplo, recurso às poupanças, produção familiar e/ou trabalho informal. Muitas vezes estas são as únicas formas de ocuparem o seu tempo e de garantirem algum bem-estar económico e financeiro

O tempo de desemprego e a forma como é aproveitado também deve ser objeto de estudo, sobretudo, quando o desemprego é de longa duração. Ana Duarte (1997) faz uma pergunta muito pertinente, que pode ser resumida deste modo: como é ocupado o tempo

à medida que o tempo de desemprego também passa? De certo modo, Araújo (2006) também coloca a mesma questão, utilizando o conceito de atividades de substituição para lhe dar resposta [em vez de atividades de mercado, termo proposto por Gallie e Paugam (2000)]. No âmbito deste trabalho é utilizada esta conceção de Araújo, porque a abordagem das atividades de substituição pode ser mais reveladora do impacto do desemprego na vida das pessoas e dos recursos e mecanismos de proteção acionados por elas para lhe fazer frente, permitindo, assim, valorizar o tempo de desemprego.

A organização desse tempo deve ser um tópico presente nas análises das experiências do desemprego. Partindo do pressuposto de Ana Duarte (1997) de que a sociedade em que vivemos se organiza em torno do horário de trabalho, podemos dizer que quando as pessoas perdem os seus empregos há uma quebra na rotina, no dia a dia. Mas será que o seu tempo é desprovido de atividade? Uma das ocupações do desemprego deveria ser obrigatoriamente a procura de trabalho. Mas será que essa é uma atividade prioritária na vida de um desempregado/a? Segundo Duarte (1997), a ausência de procura de emprego durante o desemprego é frequente e tem vindo a acentuar-se. A procura ou não de emprego e os seus graus de intensidade variam de acordo com as características pessoais de cada um/a, incluindo aspetos sociodemográficos, a condição económica, a situação do mercado de trabalho, o estado psicológico e a própria conjuntura nacional.

Os indivíduos, sobretudo os de meia-idade, tendem a conformar-se com os subsídios de desemprego passando, por vezes, ao lado da procura de trabalho. Por outras palavras, acredita-se que as pessoas com mais idade tendem a ocupar o tempo de desemprego com outras atividades que não a procura incessante de emprego (idem).

Todavia, também são os indivíduos de meia-idade que se resignam com maior facilidade, consciencializam-se que estão velhos para o mercado de trabalho e se têm baixas qualificações tanto pior, pois temem a rejeição. Alguns podem chegar a sentir-se excluídos e sem qualquer esperança de voltar a encontrar um trabalho, pelo menos pela via formal (Araújo, 2006 e 2008; Duarte 1997).

Entende-se aqui o trabalho informal, os ditos biscates, como atividade de substituição, porém, com a certeza de que só lhe recorrem em último caso, muitas vezes depois das prestações sociais terem terminado, principalmente por temerem perder os apoios. Por outro lado, também existe quem arrisque ganhar algum dinheiro extra (Araújo, 2006 e 2008).

O mais importante a reter neste ponto é que as atividades de substituição se evidenciam mais que o mercado defendido por Gallie e Paugam (2000), na medida em que contemplam um maior número de atividades que se podem não só articular com o mercado como com o Estado e a família. Tal como Araújo (2006 e 2008), defendo que as atividades de substituição nos permitem olhar para o tempo de desemprego, mostrando o lado ativo dos/as desempregados/as.

#### **4. Ceres: Visões do fim e desilusões do futuro**

##### **4.1 Ceres – uma breve descrição organizacional**

A Ceres – Cerâmicas Reunidas, SA era uma empresa certificada pela Associação Portuguesa de Certificação pela norma ENNPIS09001:2000. Constituída a 22 de dezembro de 1956 e situada na Rua da Cerâmica Ceres, nº 15 em Vilela, freguesia do

concelho de Coimbra, inseria a sua atividade principal no âmbito do CAE - Classificação Portuguesa de Atividades Económicas - (26301) fabricação de azulejo e do CAE (26220) fabricação de produtos sanitários.

A Ceres sempre foi conhecida pelos seus azulejos, sendo que este segmento ocupava 71% do volume de negócios da empresa. Em termos de mercado interno os azulejos detinham uma percentagem de 66% e a louça sanitária de 92%, ao passo que, no que respeita ao mercado externo, 34% e 8%, respetivamente.

A Ceres era constituída pela administração, área administrativa e financeira, pela área de produção e comercial, contendo também um centro de informática, um departamento de gestão de qualidade, um laboratório e uma secção de escolha.

Fábrica de capital 100% português e estatuto jurídico de Sociedade Anónima, era de cariz familiar. O seu fundador de nome Carlos Paixão apostou durante anos no cuidado – criação de um infantário para combater necessidades do pessoal - e formação das suas colaboradoras e colaboradores, que chegaram a ser mais de 400, sobressaindo assim o rigor e qualidade dos seus produtos e serviços.

#### 4.2 Experiências de desemprego em contexto de insolvência

A Ceres foi judicialmente declarada falida a 23 de março de 2010 por não ter viabilidade económica para se reestruturar. Este dia representou o fim da linha para a empresa, mas as dificuldades começaram muito antes. Já em junho de 2006, a maioria dos trabalhadores/as por falta de pagamento viu-se obrigada a suspender contrato com a Ceres, ficando apenas um pequeno grupo de pessoas nos serviços administrativos, comerciais, manutenção e segurança para garantir a continuidade futura da empresa.

Dada a situação económica muito difícil, a empresa mudou de administrador em 2007, sendo este responsável quem tentou, em conjunto com os restantes credores e o sindicato, recuperar a empresa, recorrendo, para o efeito, ao Procedimento Extrajudicial de Conciliação (PEC), cuja mediação foi feita pelo IAPMEI.

A Ceres chegou a reabrir em setembro de 2008, mas as dificuldades mantiveram-se por atrasos no financiamento. Posteriormente, já com um plano de recuperação mais consolidado e projetado num horizonte temporal de cinco anos, foi considerada viável pelos credores, voltando a reabrir em 2009, permanecendo em atividade durante cerca de nove meses. Mas mais uma vez a administração não conseguiu concretizar o plano por falta de financiamento, e, como consequência dessa situação, também não chegou a cumprir os pagamentos aos credores, encerrando atividade outra vez.

As (ex.) trabalhadoras e trabalhadores aceitaram bem a insolvência, sendo vista por todos/as como um mal menor, sobretudo por não existirem expectativas de que a empresa iria estabilizar. Na generalidade, após as tentativas de recuperação falhadas, desejavam apenas assegurar o pagamento das indemnizações e recuperar as vidas, agora mais frágeis, sem emprego.

**Entrevistadora** – Em março de 2010 foi declarada a insolvência. O que pensou neste momento?

**H.P.** – Depois de tanta coisa foi o melhor... Aquilo já não ia para a frente, a recuperação não deu em nada, acho que ainda prejudicou mais, eles venderam muita coisa e mesmo assim não serviu de nada... Dali não vinha mais nada, o que ficou patrão (novo administrador), depois dos herdeiros do Sr. Paixão, fartou-se de prometer e não cumpriu nada... Não havia nada a fazer... A insolvência foi o melhor, pelo menos que nos ajude a recuperar o que não nos pagaram...

(Mulher, 53 anos)

Quando confrontados/as com a questão “Alguém ganha com esta insolvência?” os entrevistados/as dizem-nos que são poucos os que ganham e mais os que perdem com estes processos. No geral, sentem-se os grandes perdedores. É difícil evidenciar tudo o que as pessoas estavam a sentir, mas as expressões e as emoções falam por si: “*Foram muitos anos*”; “*Foi uma vida de trabalho*”.

Muitos laços foram criados na Ceres, algumas pessoas cresceram juntas lá dentro, a maioria foi para lá com 13 ou 14 anos de idade e lá se fizeram homens e mulheres, por isso, como vou demonstrar, a Ceres foi trabalho, aprendizagem e companheirismo. O trabalho preenchia o dia dos entrevistados/as, as suas vidas giravam em torno do trabalho e existia todo um processo mecanizado, uma rotina que deixou de existir. Para além disso, está patente nas entrevistas efetuadas a forte ligação à Ceres, ao trabalho que lá desempenhavam e às/aos colegas que lá deixaram. Uns mostram mais que outros, mas quando se fala das mudanças no dia a dia, as respostas vão num mesmo sentido, todas e todos sentem falta da rotina, do levantar cedo e da correria própria de quem têm família e uma atividade profissional.

**Entrevistadora** – *Numa situação de desemprego há a quebra da rotina... Como são os seus dias?*

**A.P.** – *É verdade. Uma pessoa está habituada a acordar àquela hora e sair para o trabalho, nos primeiros tempos até parece que andamos todos trocados, dei por mim a levantar-me cedo e vestir-me para ir para a Ceres... Depois caía em mim e lá me entretinha por casa e pelo campo... Mas não é fácil, há pessoas que caem na depressão, eu tentei sempre dar a volta por cima e não deprimir (...).*

(Homem, 60 anos)

Esta quebra de rotina tem subjacente um grande sentimento de inutilidade. Qualquer pessoa que perde o seu trabalho, sobretudo, o trabalho de uma vida, perde mais do que uma remuneração. Nos relatos recolhidos, as pessoas referem a dificuldade em se adaptar à nova vida e referem que se sentiram mais sozinhas, nomeadamente porque as amizades ficaram na Ceres. O sentimento de perda é extensível a todos/as, porém, ninguém rompeu com as suas sociabilidades informais, muito pelo contrário, tentaram manter-se junto dos familiares, dos amigos e dos vizinhos. Tal como diz Loison (2000), o desemprego não é motivo para isolamento. A princípio pode ser mais difícil, o primeiro ano de desemprego é o mais custoso para os indivíduos, é o tempo de habituação.

O desemprego, como já se disse, é mais do que a privação de um salário, é o cortar dos laços de amizade, é a quebra da rotina, é o medo do futuro. Mas não podemos ignorar que a privação de um salário pode ser para uns pior do que para outros. Por isso, se diz que o desemprego não atinge as pessoas da mesma forma, umas passam mais dificuldades que outras. As entrevistas mostram-nos que o desemprego tem implicações na esfera financeira, mas que “*cortando aqui e ali*” é possível viver com os apoios do Estado.

O desemprego fez com que as pessoas reorganizassem e reorientassem a sua vida, despontaram algumas das suas vulnerabilidades. A idade e a escolaridade são, para as pessoas entrevistadas, os fatores intrínsecos mais limitadores. São indivíduos de meia-idade que começaram a trabalhar cedo, não tendo oportunidade de prosseguir estudos, e fizeram a sua vida em torno de uma mesma atividade, sendo, por isso, trabalhadoras/es especializadas/os e pouco qualificadas/os.

As maiores vítimas do desemprego de longa duração serão, precisamente, estas pessoas, ficando mais expostas à condição de desemprego total indicado por Schnapper (1981). Tradicionalmente, afeta mais as/os trabalhadores/as manuais que experimentam o aborrecimento do dia a dia, a humilhação e o enfraquecimento das suas relações sociais.

Como já se disse, verifica-se que os fatores de vulnerabilidade intrínseca e os de vulnerabilidade extrínseca permitem perceber a diversidade de experiências do desemprego e as diferentes lógicas de ação acionadas por cada indivíduo para lhe fazer face. Os fatores de vulnerabilidade extrínseca têm maior ou menor impacto quando em articulação com os fatores de vulnerabilidade intrínseca. Nesta investigação, é o Estado, a Sociedade-providência (família, amigos e vizinhos) e as atividades de substituição que integram os mediadores de compensação. Estes três mediadores influenciam as ações e estratégias das (ex.) trabalhadoras e trabalhadores da Ceres. Podemos dizer que as entrevistas sugerem que o Estado é quem lhes dá mais garantias, permitindo o acionamento de estratégias de fuga a uma condição de vida precária.

As proteções sociais têm um efeito decisivo na atenuação ou evitamento das situações de carência económica (Gallie e Paugam, 2000) e dos processos de desqualificação (Paugam, 2000 e 2003). Contudo, não podemos esquecer que em Portugal os valores do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego são baixos e nem sempre suficientes para fazer frente às despesas de cada indivíduo. As desempregadas e desempregados confessam que não abdicam desse direito por ser uma ajuda preciosa, sobretudo, quando bem geridos.

Ainda podemos referir que denotamos uma tendência para a procura de emprego apenas depois de usufruído o direito ao subsídio de desemprego. O peso da idade é o motivo maior, mas existem outros. As (ex.) trabalhadoras e trabalhadores da Ceres justificam-se dizendo que enquanto tiveram o contrato suspenso não fazia qualquer sentido procurarem um trabalho sem que a Ceres fosse declarada falida. Porém, aqueles/as que mesmo depois da declaração de falência continuaram a receber do desemprego revelam somente preocupar-se com a procura de trabalho quando deixarem de ter qualquer apoio do Estado.

Os indivíduos de meia-idade tendem a conformar-se com os subsídios de desemprego passando, por vezes, ao lado da procura de trabalho. Esta procura só acontece, pelo menos com regularidade e manifesta preocupação, no fim do desemprego subsidiado. Isto não só dá origem ao desemprego de longa duração como aumenta a distância destas (ex.) trabalhadoras e trabalhadores face ao mercado de trabalho.

**Entrevistadora** – *Mas teve sempre uma procura ativa de emprego?*

**J.M.** – *Mais ou menos, ao início não, recebia do desemprego e ainda tinha aquela esperança de voltar à Ceres... Mas apresentava-me de quinze em quinze dias, fazia a minha obrigação... Só que nunca me chamaram...*

**(Mulher, 45 anos)**

A perda de emprego, sobretudo, de um emprego de toda a vida, testa, obrigatoriamente, os indivíduos, na medida em que é a partir desse momento que avaliam a sua vida e se consciencializam das vulnerabilidades de que são alvo. Em simultâneo, também testa a importância dos mediadores na definição de estratégias de fuga à precariedade, por vezes resultado da situação de desemprego. Tal como Araújo (2006), constatamos que o Estado aparece como o mediador principal, sendo através dos seus apoios que assentam as estratégias da população entrevistada, a Sociedade-providência

e as atividades de substituição apenas parecem funcionar quando articuladas com o apoio estatal.

Parece não haver dúvidas que o Estado assume o papel preponderante no colmatar de dificuldades económicas e é a estratégia de fuga à precariedade mais recorrente. Porém, não é suficiente para trazer de volta uma vida preenchida pela segurança de um emprego. Mais do que privação económica, existem pessoas privadas de si e de dar de si. Em alguns casos, só um emprego pode garantir uma vida familiar e social bem sucedida. Por isso, algumas pessoas procuram a reforma antecipada por se sentirem sem qualquer hipótese no mercado de trabalho, outras tentam minimizar os impactos do desemprego com o prolongamento das prestações sociais ou com o recurso a trabalhos precários no setor informal.

O futuro das (ex.) trabalhadoras e trabalhadores da Ceres está, assim, recheado de incertezas: a impossibilidade de fazer planos é muito evidente. Não sabem o que o futuro lhes reserva, estão conscientes das suas vulnerabilidades. Se acabarem os subsídios do Estado e não se puderem reformar sabem que terão que trabalhar. Se arranjam trabalho sabem que será sempre precário, se não arranjam pela via formal esperam fazê-lo pela via informal... O “se”, é uma constante na vida daqueles/as que do Estado dependem, mas depois de esgotados os apoios estatais embarcam na verdadeira precariedade.

A população entrevistada percebe que dificilmente encontrará condições de trabalho semelhantes às que usufruíram na Ceres. As representações são diferentes do que eram outrora, sabem que um novo emprego significa começar do zero e têm a grande certeza de que jamais terão as mesmas condições de trabalho. Eles e elas sabem que os trabalhos de hoje não são para toda a vida.

**Entrevistadora** – *Recomeçar uma vida é difícil...*

**I.M.** – *É muito difícil... Nós já estávamos habituados ao trabalho, aos patrões, aos colegas, no fundo ao ambiente e de repente perder tudo... Nós dávamos a Ceres como algo adquirido, eu achava que só saía de lá para a reforma... Agora com esta idade vou para onde?! Começar num outro emprego do zero é complicado para qualquer pessoa da minha idade, pois temos consciência de que a nossa experiência não vale nada... Na Ceres éramos respeitados, respeitavam a nossa sabedoria e os nossos anos de casa, nós éramos parte da empresa, ou pelo menos sentíamos-nos assim ...*

**(Mulher, 53 anos)**

As pessoas que conseguem a reforma veem a situação resolvida. Os seus projetos de vida passam, agora, ao lado do mercado de trabalho, por ser tempo do “*merecido descanso*”. As outras, sem prestações sociais - ou em risco de as perder -, sem emprego e sem reforma agarram-se ao pouco que têm, algumas esperam até pelo milagre do emprego que lhes permita descontar mais uns anos, todavia, desmotivadas pelas vulnerabilidades que lhes conhecem e lhes reconhecem vivem agora o desemprego de forma mais negativa.

## 5. Conclusões

Foi a insolvência que não só roubou às/aos trabalhadoras/es da Ceres o emprego de uma vida como lhes retirou a possibilidade de voltar a conseguir outro. A situação de insolvência, em conjunto com as suas vulnerabilidades intrínsecas, impossibilita-os/as de voltar a trabalhar, encontrando-se a maioria em situação de desemprego de longa

duração. Ainda assim, a insolvência é vista como um mal menor, pois perante o cenário de instabilidade da Ceres foi a melhor solução para os seus problemas. Acreditam mesmo que é preferível agarrar as suas indemnizações do que continuar a alimentar a “falsa” esperança de voltar a trabalhar na empresa. Mas não podemos deixar de dizer que o sindicato tem muita influência nesta postura.

Assim, conscientes das suas vulnerabilidades as desempregadas e desempregados da Ceres tendem a adotar estratégias no sentido de atenuar as consequências mais negativas do desemprego. Face à ausência de emprego estável – muitas vezes resultado do falhanço das medidas ativas de redução de desemprego – estes indivíduos vivem o desemprego dependentes das prestações sociais – medidas passivas de redução de desemprego – e de atividades informais sejam elas exercidas durante ou após o recebimento das prestações sociais. As expectativas de reinserção no mercado de trabalho formal, sobretudo dos indivíduos de meia-idade, são muito reduzidas. O mercado de trabalho e as condições de trabalho depois da Ceres, emprego de anos, não são vistos da mesma forma. Há consciência, de que neste contexto de globalização e crescente flexibilidade, as condições de trabalho de um novo emprego serão completamente diferentes.

No que concerne à procura de trabalho, todos/as os/os entrevistados/as se afirmam comprometidos/as com este objetivo, mas nem todos/as se dedicam a cumprir esse objetivo. As estratégias de procura tanto podem ser inexistentes, abrangentes como seletivas, isto porque cada entrevistado/a tem os seus próprios obstáculos na procura de trabalho. E essas dificuldades revelam um misto de vulnerabilidades intrínsecas e extrínsecas e que passam pela idade, pela falta de formação, pela reduzida oferta de trabalho, pelos horários e os baixos salários em prática.

Na verdade, os percursos de desemprego das/os desempregadas/dos entrevistadas/os baseiam-se na escassa procura de trabalho após a saída da Ceres, na dependência dos subsídios de desemprego, na ausência de formação profissional e no exercício de atividades de substituição que muitas vezes culminam na informalidade.

Também constatámos que o isolamento social e a estigmatização não são uma constante. As pessoas estão cientes de que o desemprego atinge direta e indiretamente muitas famílias da região, o que os faz sentir menos inúteis, acabando por nem sequer afetar as suas sociabilidades. O que se verifica é uma fraca mobilização da Sociedade-providência no que respeita à disponibilidade para ajudar materialmente os seus desempregados e as suas desempregadas. Denotou-se que os entrevistados/as dependiam mais dos apoios estatais do que das suas redes de apoio informal. O Estado assegura, assim, alguma autonomia aos indivíduos, apesar dos apoios fornecidos em Portugal serem moderados.

Em suma, as (ex.) trabalhadoras e trabalhadores da Ceres possuem margens de manobra que evitam situações de pobreza, exclusão e quebra das relações sociais, recorrendo a tudo o que está ao seu alcance para se integrarem e serem reconhecidos na sociedade. Ao longo deste artigo assumiu-se a diversidade de experiências do desemprego, tendo-se presente, por isso mesmo, que as situações retratadas não podem ser generalizadas. Com certeza que existem outras histórias de vida e outras representações sobre as condições de trabalho vividas e perspetivadas para o futuro, as quais podem refletir, ao contrário do verificado no estudo de caso efetuado, uma fuga total à vida social.

## 6. Referências

- Antunes, R. (2000). *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez editora.
- Araújo, P. (2006). “E agora? Experiências do desemprego, factores de vulnerabilidade e mediadores de compensação”. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Araújo, P. (2008). *A Tirania do Presente. Do trabalho para a vida às incertezas do desemprego*. Coimbra: Quarteto.
- Bourdieu, P. (org.) (1993). *La Misère du Monde*, Paris: Editions du Seuil.
- Caleiras, J. (2008). Do desemprego à pobreza? Trajectórias, experiências e enfrentamentos. Novos Mapas para as Ciências Sociais e Humanas. *E-cadernos CES*, Nº 2, Disponível em <http://www.ces.uc.pt/ecadernos/media/documentos/ecadernos2/Jorge%20Caleiras.pdf>. Consultado em 19 de abril de 2011.
- Casaca, S. (2005). Flexibilidade, trabalho e emprego: ensaio de conceptualização. Disponível em <http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2025/1/wp200510.pdf>. Consultado em 19 de abril de 2011.
- Costa, H. A. (2008). *Sindicalismo global ou metáfora adiada? Discursos e práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. Porto: Afrontamento.
- DGAJ (2004), “Sobre o código da insolvência e da recuperação de empresas”. Disponível em <http://www.dgaj.mj.pt/DGAJ/sections/files/func-justica/cfoj/DGAJ/sections/files/func-justica/cfoj/manual-de-apoio-ao/downloadFile/file/Manual%20de%20Apoio%20ao%20C%3%B3digo%20da%20Insolv%3%AAncia%20e%20da%20Recupera%C3%A7%3%A3o%20de%20Empresas.pdf?nocache=1177095035.67>. Consultado em 20 de maio de 2010.
- Demazière, D. (2008). Ser desempregado para os sociólogos. *Política e sociedade*, nº 13. Disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/9314/0>.
- Duarte, A. (1997). Vivências de desemprego, estratégias de reinserção profissional e reconstrução de identidades: O caso dos mineiros do Pejão. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Poder local, Desenvolvimento e Mudança Social. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Duarte, A. (2010). As faces precárias da precariedade. *Le Monde Diplomatique*.. Disponível em <http://pt.mondediplo.com/spip.php?article740>. Consultado em 25 de maio de 2010.
- Fernandes, L. A. Labareda, J. C. (2009). *Colectânea de estudos sobre a insolvência*. Lisboa: Quid Juris.
- Gallie, D.; Paugam, S. (eds.) (2000). *Welfare Regimes and the Experience of Unemployment in Europe*. Oxford: Oxford University Press.

- Harvey, D. (1994). *A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.
- Hespanha, P. (2002). Algumas questões de fundo para uma avaliação da nova geração de políticas sociais. *VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Lisboa.
- Hespanha, P. et. al. (2001). Globalização insidiosa e excludente. Da incapacidade de organizar respostas à escala local. In P. Hespanha; C. Graça (orgs.), *Risco Social e Incerteza: Pode o Estado social recuar mais?*, Porto: Afrontamento, pp. 25-54.
- Insolvência (2009). Código da insolvência e da recuperação de empresas. Disponível em <http://www.insolvencia.pt/.../7-codigo-da-insolvencia-e-da-recuperacao-de-empresas.html>. Consultado em 20 de maio de 2010.
- Kovács, I. (2002). *As Metamorfoses do Emprego*. Oeiras: Celta Editora.
- Kovács, I. (2005). Formas flexíveis de emprego em Portugal: riscos e oportunidades. *Sociedade e Trabalho*, 23/24, pp. 47-66.
- Lipietz, A. (1992). *Towards a new economic order. Posfordism, ecology and democracy*. Cambridge: Polity Press.
- Loison, L. (2000). Mecanismos compensatórios do desemprego em Portugal: família e redes sociais. *IV Congresso Português de Sociologia*. Coimbra.
- Méda, D. (1999). *O Trabalho – Um valor em Vias de Extinção*. Lisboa: Editora Fim de Século.
- Méda, D. (2001). New perspectives on work as value. In M. F. Loutfi (ed.), *Women, Gender and Work – What is Equality and How Do We Get There?*, Gêneze, ILO, pp: 21-32.
- Mendes, J. M. (2003). Perguntar e observar não basta, e preciso analisar: algumas reflexões metodológicas. *Oficina do CES*, N.º 194.
- Oliveira, M. (2008). Manipulação dos resultados por empresas em dificuldades financeiras: estudo de caso português. Dissertação de Mestrado em Ciências empresariais. Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
- Paugam, S. (2000). *Le Salarié de la Précarité*, Paris: PUF.
- Paugam, S. (2003). *A desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza*. Porto: Porto Editora.
- Portovedo, S. (2011). Esperança ou resignação? Percursos e perceções das (ex.) trabalhadoras e trabalhadores da Ceres. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Portugal, S. (2006). *Novas Famílias, Modos Antigos. As redes sociais na produção de bem-estar*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Rebelo, G. (2004). *Flexibilidade e precariedade no trabalho. Análise e diagnóstico*. Lisboa: Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

- Santos, B. S.; Ferreira, S. (2001). A reforma do Estado-Providência entre globalizações conflituantes. In P. Hespanha; G. Carapinheiro (orgs.), *Risco Social e Incerteza: Pode o Estado Social Recuar Mais?*, Porto: Edições Afrontamento. pp. 177-225.
- Schnapper, D. (1981). *L`Epreuve du Chomage*. Paris: Gallimard.
- Schnapper, D. (1998). *Contra o Fim do Trabalho*. Lisboa: Terramar.
- Sennett, R. (2000). *A Corrosão do Carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Lisboa: Terramar.
- Serra, C. (2004). *O novo regime português da insolvência: Uma introdução*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Teixeira, A. (2009). Quando Desemprego se Escreve no Feminino: Estudo de Caso em Vila Nova de Gaia. Dissertação de Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento e da Transformação Social, Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Toni, M. (2003). Visões sobre o trabalho em transformação. *Sociologias*, 9, pp. 246-286.
- Yin, R. (2005). *Estudo de Caso. Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.